

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO

Solicita seja convocado para depor o Sr. Delegado de Polícia Federal Armando Coelho Neto, presidente da Federação dos Delegados Federais, a fim de prestar esclarecimentos

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Ex^a, com base no art. 24 inciso VII do Regimento Interno, se digne adotar providências necessárias à convocação do o Sr. Delegado de Polícia Federal Armando Coelho Neto, presidente da Federação dos Delegados Federais, para audiência pública dessa Comissão no dia 29/10 a fim de prestar esclarecimentos acerca da situação dos policiais (Delegados, agentes, peritos e escrivães) que sofreram restrições no processo seletivo, mas que se encontram exercendo a função sob força de decisões judiciais.

JUSTIFICAÇÃO

Chegou ao conhecimento deste parlamentar, situação que ocorre no âmbito da Polícia Federal, concernente a policiais das várias carreiras da instituição que vêm exercendo o cargo sob força de decisão judicial.

É sabido que hodiernamente os tribunais têm concedido mandados para inclusão nos cursos realizados na ANP, inclusive determinando a posse em muitos casos. Investidos na função, prosseguem nas carreiras com as mesmas responsabilidades dos policiais efetivos mas sem a segurança de ver sua situação pessoal e de toda a família resolvidas.

Para a instituição é constrangedor a demanda contra um servidor zeloso, hábil e competente, em que muitas vezes ela própria já reconheceu suas virtudes, mas não tem a jurisdição suficiente para decidir.

Esses fatos têm causado embaraço para a justiça, para a administração pública e principalmente para os policiais que trazem junto a responsabilidade por um serviço de relevo social, a aflição de uma vida profissional insegura. É uma questão que atinge também a sociedade, cliente dos serviços de primazia da Polícia Federal.

Instituição indispensável à manutenção do Estado democrático, à soberania nacional e ao equilíbrio das relações de direito, principalmente as que envolvem interesses da união, a Polícia Federal para esse mister, necessita também que caminhem juntos, a força operacional e os interesses profissionais dos seus servidores, que representam em primeira e última análise os interesses da própria Polícia Federal.

O recurso humano requer tratamento exclusivo. Além de responsável pelo planejamento, desenvolvimento e consecução dos objetivos institucionais representa o cerne do importante segmento estatal.

Tal assunto é de particular interesse desta Comissão de Segurança Pública, razão por que esperamos ver o presente requerimento aprovado, sendo o Dr. Armando coelho Neto, convocado para prestar depoimento.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 2003.

Deputado Alberto Fraga
PMDB/DF